

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREENDEDORISMO NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: UM ARRANJO METODOLÓGICO

ENTREPRENEURSHIP PUBLIC POLICIES IN THE CONTEXT OF LOCAL
SUSTAINABLE DEVELOPMENT: A METHODOLOGICAL ARRANGEMENT

Maria de Fátima Nóbrega Barbosa

Doutora em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande (Campina Grande/Brasil).
Professora Associada na Universidade Federal de Campina Grande (Campina Grande/Brasil).
E-mail: mfnobregabarbosa@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3415-8829>

Magnus Luiz Emmendoerfer

Doutor em Ciências Humanas: Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte/Brasil).
Professor Associado na Universidade Federal de Viçosa (Viçosa/Brasil) e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Patrimônio na Universidade Federal de Ouro Preto (Ouro Preto/Brasil).
E-mail: magnus@ufv.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4264-8644>

Recebido em: 22 de março de 2022
Aprovado em: 15 de junho de 2022
Sistema de Avaliação: Double Blind Review
RGD | v. 19 | n. 2 | p. 232-258 | jul./dez. 2022
DOI: <https://doi.org/10.25112/rgd.v19i2.2998>

RESUMO

Os temas que permeiam essa pesquisa, quando analisados isoladamente, são encontrados em quantidade expressiva nas bases de dados, porém, quando se pretende entendê-los de forma integrada, as lacunas são significativas. A pesquisa tem por objetivo desenvolver um arranjo metodológico indutor de políticas públicas de empreendedorismo no contexto do desenvolvimento local sustentável. Para tal intento realizou-se uma revisão do estado da arte. Compreender como se comportam as dimensões dessa pesquisa ante aos poucos estudos da área torna-se um esforço significativo para o desdobramento de futuras investigações empíricas em variados setores produtivos. A metodologia ancora-se em uma abordagem dedutiva-sistêmica. Constata-se que do intercâmbio teórico realizado emergiu um processo-síntese mais enriquecido denominado Interdisciplinaridade e Princípio da Prevenção/Precaução (IPPP), o qual torna-se um dispositivo deflagrador inicial da dinamicidade relacional. Outra contribuição é a construção das dimensões, indicadores e critérios de análises inseridos no modelo proposto. Conclui-se que esse arranjo metodológico apresenta possibilidade de validação empírica em contextos de políticas públicas de empreendedorismo no âmbito do desenvolvimento local sustentável.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável. Empreendedorismo. Território. Políticas Públicas.

ABSTRACT

The themes that permeate this research, when analyzed separately, are found in expressive quantity in the databases, however, when it is intended to understand them integrated, the gaps are significant. This research aims to develop a methodological arrangement that induces public policies for entrepreneurship in the context of sustainable local development. To this end, a review of the state of the art was conducted. To understand how the dimensions of this research behave before the few studies in the area becomes a significant effort for the unfolding of future empirical investigations in various productive sectors. The methodology is anchored in a deductive-systemic approach. From the theoretical interchange a more enriched process-synthesis emerged called Interdisciplinarity and the Prevention Precaution Principle (IPPP), which becomes an initial deflagrating device of the relational dynamics. Another contribution is the construction of the (dimensions, indicators and analysis criteria) inserted in the proposed model. We conclude that this methodological arrangement presents the possibility of empirical validation in contexts of public policies for entrepreneurship in the context of local sustainable development.

Keywords: Sustainable Development. Entrepreneurship. Territory. Public Policies.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como macros dimensões as políticas públicas de empreendedorismo no contexto do desenvolvimento local sustentável, temas estes de natureza complexa e que carecem de uma compreensão abalizada por parte de pesquisadores quando se tenta operacioná-los em contextos territoriais específicos.

O estado da arte referente às políticas públicas de empreendedorismo, tanto em âmbito nacional como internacional, é notadamente escasso. Pesquisadores como Sarfati (2013), Souza, Emmendoerfer e Knupp (2017), Emmendoerfer *et al.* (2021) têm estudado essa área de conhecimento no contexto brasileiro buscando compreender esse fenômeno sob diversas perspectivas. Quanto ao desenvolvimento local sustentável, as bases de dados (*Spell e Web of Science*) disponibilizam uma quantidade expressiva de artigos científicos acerca desse assunto. Porém, quando o escopo é buscar a vinculação entre uma política pública de empreendedorismo no contexto do desenvolvimento local sustentável, o esforço é desmesurado.

Estudos com uma aproximação entre os temas supracitados foram encontrados em contexto internacional nas pesquisas de Gilford e McKelvey (2019), Hudek e Hojnik (2020) e Hall, Danek e Lenox (2010). Essas pesquisas procuram, em última análise, evidenciar as condições que poderão favorecer o empreendedorismo em bases sustentáveis. A partir dessas lacunas de pesquisa pretende-se, neste artigo proposto, desenvolver um arranjo metodológico que dê suporte para se analisar, em contextos territoriais, o fenômeno da política pública de empreendedorismo voltada para o desenvolvimento local sustentável.

Para a construção da referida proposta teórico-metodológica torna-se inarredável definir dimensões, indicadores e critérios de análise na organização desse arranjo. Desse modo, as políticas públicas de empreendedorismo e a vinculação delas com o desenvolvimento local sustentável são vetores contributivos na formulação de políticas públicas municipais.

A pesquisa em foco mostra-se relevante do ponto de vista epistemológico e sistêmico. Cientificamente há uma lacuna investigativa na temática exarada. Não obstante, existem trabalhos investigativos pontuais, setorizados não-sistêmicos, que abordam tais assuntos sem, contudo, inserir de forma sistemática dimensões, indicadores e critérios de análise que possam avaliar atividades empreendedoras com um olhar para a sustentabilidade ambiental. Quanto ao aspecto sistêmico, possibilita a formulação das componentes em suas relações conexas gerando, pois, aumento sinérgico das macrodimensões desenvolvimento local sustentável e políticas públicas de empreendedorismo.

Ante as considerações expostas, formula-se o seguinte problema de pesquisa: como desenvolver um arranjo metodológico indutor de políticas públicas de empreendedorismo no contexto do desenvolvimento local sustentável?

Para responder a este questionamento delinea-se como objetivo geral: desenvolver um arranjo metodológico indutor de políticas públicas de empreendedorismo no contexto do desenvolvimento local sustentável. Quanto aos objetivos específicos, propõe-se: apresentar as teorias que servirão de base ao arranjo metodológico; definir as dimensões e os indicadores que serão propostos para a compreensão das políticas públicas de empreendedorismo e do desenvolvimento local sustentável; elaborar um Quadro-Síntese do arranjo metodológico apresentando dimensões, indicadores e critérios de análise.

2 TEORIAS DE BASE

A temática em alusão versa sobre políticas públicas de empreendedorismo no contexto do desenvolvimento local sustentável, sendo necessário assentar-se em combinações teóricas, as quais facilitarão o seu trajeto epistemológico. Assim, teorias da arena interdisciplinar servem de condutos de comunicação, e se forem utilizadas em recortes-recombinados gerarão sinergia ao desenvolvimento científico proposto. Desse modo, as teorias da complexidade, sistêmica e racionalidade-ambiental, ao serem içadas em formas intercambiáveis (ambientais, sociais, econômicas, culturais, éticas, normativas, competitivas e político-institucionais), ampliam consideravelmente as possibilidades responsivas.

Aqui entende-se por *teoria de base* como o universo que serve de paradigma teórico para a interpretação de dados e fatos. Tal reflexão contribui para o delineamento das premissas ou pressupostos epistemológicos da investigação proposta. Do exposto, recortes do pensamento externados por filósofos como Edgar Morin, Fritjof Capra e Enrique Leff serão selecionados e devidamente recombinaados com o escopo de organização lógica e coerência científica.

Partindo da complexidade exarada por Edgar Morin nos idos dos anos 60 do século XX, vamos iniciar a reconstrução da investigação proposta. A complexidade envolve muitas componentes, assim agrega tanto a desordem quanto a ordem, bem como a incerteza e a certeza, além do erro e o acerto. Logo, dissertar sobre a complexidade de Morin requer do pesquisador atitudes proativas na busca da organização, sem desdenhar de informações aparentemente discordantes ou não encaixantes do ponto de vista metodológico formulado previamente. A complexidade não deve ser vista como receita (resposta), mas sim como desafio e como motivação para pensar (MORIN, 1999).

Petraglia (1995) esclarece que a complexidade moriniana representa a qualidade do que é complexo, que abarca muitas componentes ou diversas partes. Pode ainda ser concebida como um complexo de

partes ou circunstâncias interconexas, que mantêm relações recíprocas. São componentes que perfazem a totalidade. Por sua vez, a totalidade é uma unidade complexa, que não se reduz a simples adição das partes, pois vai além, onde cada componente, ao interagir com as demais partes, apresenta-se alterada, bem como a totalidade que também se modifica.

Morin (1999, 2005) compreende que existe um diálogo entre os elementos na complexidade, daí propor o constructo intitulado *circuito tetralógico: ordem-desordem-interações-organizações*, o qual descreverá um percurso de conflitos e diálogos. Isto posto, ordem, desordem e organização se co-produzem ao mesmo tempo. As partes se entrecrocaram de forma aleatória organizativas e as interações geram inter-relações organizacionais. Ainda que imposições geradoras e potencialidades organizacionais permitam a ocorrência de desordens aleatórias no interior do circuito, mesmo assim tais distúrbios não chegam a ser desagregadores da ordem e da organização. Logo, há um funcionamento relativamente estável do circuito formatado.

Na lógica da complexidade insere-se o indivíduo-multidimensional, agente imprescindível em processos das organizações e seu ambiente, razão pela qual as relações sociais se fortalecem na interação dos indivíduos e empresas que geram uma rede de agentes que se movimentam em ambiente e buscam se adaptar por meio de processo de aprendizagem (SILVA; REBELO, 2003).

A complexidade não contém respostas diretas para pessoas e empresas resolverem seus problemas, não obstante contribui significativamente para o não distanciamento da realidade. Advirta-se que empresas e pessoas se encontram transversalizadas pela complexidade tanto nos aspectos econômicos, sociais, culturais, tecnológicos, jurídicos, éticos quanto ambientais. De modo que, nesse emaranhado de complexificações, as empresas devem constantemente rever suas práticas por meio da seguinte máxima: empresas jamais devem administrar a complexidade, mas administrarem-se na complexidade (WEBER; POLO, 2007).

De plano, advirta-se que a teoria sistêmica proposta por Capra (2012), ao se debruçar pela junção de teorias biológicas e teorias sociais, amplia seu processo comunicativo, especificamente quando adiciona em seu constructo o conceito de sistema. Não obstante, a teoria moriniana também agrega o conceito de sistema, de sorte que compreender o significado de sistema possibilitará uma abertura dialógica entre ambas as teorias.

Para Capra (2002), a componente principal da análise sistêmica é a compreensão de organização, ou padrão de organização. Os sistemas vivos são redes autogeradoras, ou seja, são padrões em rede, produtoras de outras partes. No campo social o conceito de organização assume uma dimensão adicional. As organizações sociais (como exemplo: empresas ou instituições políticas) podem ser vistas como sistemas sociais em que os padrões de organizações são planejados mormente para gerar poder. Enfim,

são arcabouços organizativos que são regidos por regras de conduta que possibilitam tomadas de decisões e materializam as imbricações de poder.

O filósofo Capra (2002) traça um paralelo entre sistemas biológicos e sistemas sociais. Quanto aos sistemas biológicos, são constituídos por estruturas materiais, enquanto os sistemas sociais geram tanto estruturas materiais quanto estruturas imateriais. Desse modo, os procedimentos que originam a rede social são procedimentos de comunicação que desembocam em regras de conduta e em um conjunto harmônico de conhecimentos. As regras de conduta formais ou informais são denominadas de estrutura sociais.

A teoria sistêmica capriana, ao abarcar sistemas biológicos e sistemas sociais, envolve em seu relacionamento pessoas e empresas em sua forma de rede-organizacional. O sistema ambiental incorpora distintos tipos de desenvolvimento territorial, de modo que os sistemas sofrem impactos positivos e negativos. Tanto a teoria sistêmica quanto a teoria da complexidade absorvem várias partes de uma totalidade, tornando-se dimensões importantes na compreensão de realidades. Enfim, sistema e complexidade se comunicam e potencializam-se ampliando os processos sinérgicos.

A teoria da complexidade e a teoria sistêmica são expressões a serem observadas em ambientes ecossistêmicos. O ambiente doravante explicado por um saber ambiental racionaliza-se quando do questionamento de paradigmas consolidados. Conforme externa Enrique Leff (2001), o ambiente produz um encadeamento verticalizado por meandros difusos da sustentabilidade e artifícios do desenvolvimento sustentável, gerando classes de racionalidade e de saber ambiental, questionando o conhecimento científico e a interdisciplinaridade.

O saber ambiental em sua significação crítica e complexa vai sendo produzido numa comunicação dialógica de saberes e trocas de informações interdisciplinares epistemológicas, de modo que problematiza paradigmas consolidados na busca da formulação de uma emergente racionalidade social.

Para Enrique Leff (2001), **racionalidade ambiental** são complexos processos de distintas racionalidades. Tais processos legitimam tomadas de decisões, gerando dinamismo em suas operações práticas e eficácia em seus processos produtivos. Nas ações de internalização e modificação da natureza se comparam e fundem distintas racionalidades: a racionalidade capitalista de utilizações dos recursos; a racionalidade ambiental das ações produtivas; a racionalidade dos modos étnicos de emprego da natureza (LEFF, 2001, 2010).

A construção do conceito de **racionalidade ambiental** não deve e não pode ser vista como ideias abstratas, uma vez que desponta como uma resposta social a outra racionalidade que já alcançou seu apogeu na legitimação e tecnologização. A racionalidade ambiental emerge de princípios distintos, mas no

seio da racionalidade capitalista que modela a situação econômica, política e tecnológica preponderante (LEFF, 2001, 2010).

O estabelecimento de uma **racionalidade ambiental** e a mudança para um porvir sustentável requer transformações sociais que ultrapassam o embate entre duas concepções (econômica-ecológica) contrárias. É na verdade um processo de transformação política-técnica que contribui com a alteração de ideologias teóricas, instituições políticas, ações governamentais, regras jurídicas e mudanças de valores culturais de uma sociedade (LEFF, 2001, 2010), e que se encaixa na rede (classes, grupos e pessoas) que impulsiona as alterações históricas, modificando os princípios disciplinadores da organização social (LEFF, 2001, 2010).

A **racionalidade ambiental** de Enrique Leff constata o estabelecimento de uma crise ambiental planetária; critica fortemente a lógica da racionalidade econômica de mercado; propõe uma desconstrução da racionalidade do crescimento-econômico, incorporando em sua teoria racional princípios de uma racionalidade ambiental-ecológica (LEFF, 2001, 2010).

2.1 ARRANJO-COMUNICATIVO: TEORIAS DA COMPLEXIDADE, SISTEMATICIDADE E RACIONALIDADE-AMBIENTAL

As teorias de base (complexidade, sistematicidade e racionalidade-ambiental) são diferentes, contudo se comunicam por meio de várias componentes internas, as quais funcionam como condutos de comunicação. Tem-se, como exemplo, o circuito tetralógico, a interdisciplinaridade e alguns princípios ecológicos (prevenção e precaução), respectivamente pertencentes às teorias da complexidade, da sistematicidade e racionalidade-ambiental, os quais se sobressaem levando e/ou recebendo informações, além de poderem evitar e/ou reduzir distúrbios que porventura venham incidir no processo de investigação científica.

Assim, cada qual a seu modo deverá funcionar de forma eficiente, haja vista que tais teorias já foram testadas em contextos similares. Ainda assim, os princípios da prevenção/precaução, elementos da teoria da racionalidade ambiental, devem ser instados em determinadas circunstâncias a socorrer todo o processo comunicativo com o intuito de coibir o travamento dinâmico do sistema.

Partindo do pressuposto que as variáveis da pesquisa (políticas públicas de empreendedorismo e desenvolvimento local sustentável) são interdisciplinares, torna-se importante o aporte das teorias da complexidade, sistematicidade e racionalidade-ambiental, uma vez que o intercâmbio gerado poderá potencializar a investigação epistemológica.

Dissertar sobre a origem das políticas públicas requer dupla explicação. Por um lado, mostrar o seu surgimento na Europa pós 2ª guerra mundial. Por outro, informar seu nascimento nos Estados

Unidos da América (EUA) – como dimensão epistemológica cujo propósito seja explicar sua dinâmica e suas perspectivas. Quanto à origem europeia, as políticas públicas visaram economizar gastos, haja vista os países pós 2ª guerra mundial terem dificuldades de se reerguerem socioeconomicamente, sendo necessário a implementação de uma robusta política fiscal. Quanto ao campo de conhecimento e disciplina acadêmica, emerge nos EUA, afastando-se do modelo europeu estatal e vinculando-se à produção governamental (SOUZA, 2006).

No tocante aos países de regiões em desenvolvimento – América Latina, especificamente o caso do Brasil, ainda não foi possível implementar efetivamente políticas públicas consistentes em áreas econômicas e sociais, as quais atendam às camadas mais vulneráveis (SOUZA, 2006). Contudo, no Brasil, apesar de não haver continuidade em implementação de políticas públicas, de forma pontual já existem alguns casos de sucesso, tal como a formulação do Bolsa Família. Não obstante, tais políticas públicas não se sustentam em longo prazo, ou seja, muito antes de atingir os seus fins, se desintegram e são imediatamente modificadas e/ou extintas, ao sabor de novos governantes que assumem o poder político e a administração pública.

As políticas públicas podem ser conceituadas como diretrizes orientadoras com o fito de debelar determinados problemas públicos. Sua finalidade precípua é resolver questões coletivas da sociedade. Frise-se, também, que toda política pública contém uma carga de arbitrariedade; não há consenso na literatura específica, uma vez que os autores divergem muito, sobretudo nas respostas dos questionamentos propostos (SECCHI; COELHO; PIRES, 2019). Ademais, não olvidar que no Brasil grande parte das políticas públicas são propostas de forma vertical – de cima para baixo –, ou seja, quem elabora as políticas públicas no Brasil é o Poder Público e, na maioria das vezes, com fraca participação de instituições não-governamentais e pessoas físicas da sociedade.

Impende dizer que *políticas públicas* são consequências de muitas variáveis (constructos) e que seu produto final sofre influências de ideologias, valores, contextos, éticas, dentre outros, de quem as concebeu. Isto posto, as políticas públicas não emergem por meio de condições internas-autônomas, e sim via *complexas* interligações, as quais lhe outorgam a se tornar o núcleo do *sistema* das forças sociais distintas (CHRISPINO, 2016).

Paludo (2013) e Procopiuck (2013) apresentam diversos autores contributivos para compreensão conceitual de política pública. Assim, esta pode ser entendida sob diversos aspectos e características, como: qualquer coisa que os governos escolhem fazer ou não fazer; um guia para decisões presentes e futuras, estrutura de ideais e valores; conjunto de decisões e interpretações sugeridas por um ente estatal em uma área específica, como educação, saúde, segurança, dentre outras. Têm como características estarem permeadas no governo; almejam o interesse público ou social; reúnem atores públicos e privados;

contêm preceitos regulamentadores; influenciam o contexto social, político, econômico, dentre outras características igualmente importantes para a sociedade.

Veja-se, então, uma síntese de estudos acerca do tema exarado, os quais podem ser encontrados em bancos de dados eletrônicos. Isto posto, autores de diferentes áreas de conhecimento vêm investigando as políticas públicas sob diversas perspectivas.

Capella (2020) parte de autores internacionais para concluir que há avanço nas pesquisas sobre agenda, porém ainda tem muito por fazer. O estudo de Lotta *et al.* (2018) propõe uma agenda de implementação de políticas públicas no Brasil, na qual se constata lacunas de pesquisas, tanto em âmbito nacional quanto internacional. Daí sugerir temas que poderão ser investigados no contexto brasileiro, são eles: desafios do federalismo brasileiro; implementação em contextos de heterogeneidade e desigualdades; impacto da publicização de serviços, processos participativos e intersectorialidade.

A investigação de Almeida e Gomes (2018) versa sobre o *processo das políticas públicas: revisão de literatura, reflexões teóricas e apontamentos para futuras pesquisas*, tendo por escopo esclarecer o processo das políticas públicas por meio da estruturação de seus principais construtos, trazendo reflexões teóricas e indicações para uma agenda de pesquisa. Assim, as reflexões desse estudo ponderam: analisar as dimensões mudança e estabilidade de maneira inter-relacionada; perspectiva de ampliar o entendimento sobre a capacidade de influência dos atores com base em seus elementos determinantes. Para pesquisas futuras, os autores sugerem o estudo de como os recursos possuídos e as relações estabelecidas contribuem para o aumento da capacidade de influência dos atores e como ela impacta a dinâmica do processo e o conteúdo da política.

Destarte, Oliveira e Passador (2019) realizaram um ensaio teórico acerca das avaliações em políticas públicas com o intuito de mostrar a importância dessa etapa no que tange ao ciclo político, sendo as avaliações de políticas públicas instrumento imprescindível para o aprimoramento e desenvolvimento de políticas públicas, especialmente as de caráter multidimensional. Os resultados demonstram que os estudos acadêmicos no Brasil vêm se revigorando à procura das melhores práticas-teóricas no sentido de construir uma cultura da avaliação que possa subsidiar a complexidade de uma política ou programa.

Uma vez que esse estudo tem por escopo entender o desenvolvimento local sustentável em sua vinculação com as políticas públicas de empreendedorismo, o próximo item desse artigo procura conceituar o que vem a ser uma política pública de empreendedorismo; apresentar principais autores que têm trabalhado com essa temática em nível nacional e internacional e, na sequência, discutir se existem pesquisas que buscam fazer ligações entre os temas citados anteriormente.

Ao dissertar sobre Políticas Públicas de Empreendedorismo (PPE) – gênero da espécie Políticas Públicas (PP) – deve-se não olvidar que a PPE não é uma expressão tão corriqueira quanto a PP. No

Brasil, alguns setores da esfera executiva e legislativa ou desconhecem ou estrategicamente propugnam por não se debruçar detalhadamente sobre a PPE. Nestes termos, anteriormente necessita-se expor o conceito sobre empreendedorismo com o propósito de futuramente exarar informações acerca da PPE.

O empreendedorismo é uma ação empreendedora a partir da criação de novos produtos/processos e/ou da entrada em novos mercados, sendo que o empreendedor acompanha o que lhe parece ser uma oportunidade. O empreendedorismo, visto como resultado, pode ser apontado como gerador de emprego e renda o que contribui, em última análise, para o desenvolvimento das nações; visto como processo, contribui para impulsionar a inovação do ecossistema empreendedor (HISRIC; PETERS; SHEPHERD, 2014; FERREIRA NETO; CABRAL; RODRIGUES, 2022).

A Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Resolução A/RES/71/221 da Assembleia Geral sobre Empreendedorismo para o Desenvolvimento Sustentável de 16 de dezembro de 2016, considerou de maneira formal o empreendedorismo como um elemento importante para o desenvolvimento, além de chamar a atenção para o fato de que dois dos objetivos do desenvolvimento sustentável estariam vinculados ao empreendedorismo: o *objetivo 4.4* referente às habilidades apropriadas de empregabilidade e empreendedorismo, e o *objetivo 8.3*, que dentre outros aspectos cita o empreendedorismo como uma das políticas de desenvolvimento a serem consideradas (UNCTAD, 2018).

Na Plataforma Spell, em pesquisa realizada em julho de 2021, com os termos de busca “políticas públicas” e “empreendedorismo”, o sistema de busca avançada, sem a utilização de nenhum filtro, apresentou 11 artigos que abordam pesquisas envolvendo as dimensões, políticas públicas e empreendedorismo. Dessa forma, será feita uma descrição desses trabalhos e de outros estudos, levando em consideração seus objetivos, seus principais resultados, suas conclusões e/ou sugestões, no sentido de se ter uma visão ampla do desenvolvimento dessa área de conhecimento.

O artigo de Siqueira e Guimarães (2006) tem por objetivo analisar características do processo empreendedor no Brasil como forma de identificar variáveis que se assemelham às práticas internacionais. Os resultados apontam para um questionamento no que tange à categorização dos relatórios do *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) acerca do empreendedorismo por necessidade e empreendedorismo por oportunidade, embora façam uma ressalva aos resultados das pesquisas do GEM por estarem atreladas aos resultados de estudos internacionais ao compararem graus e tipos de empreendedorismo entre países, uma vez que nesses estudos não se utilizam as variáveis mais adequadas, assim como a ausência de abordagens multidimensionais tão necessárias para se entender a complexidade do tema. As autoras sugerem que sejam incorporadas variáveis culturais nas políticas públicas de fomento aos novos negócios que possam contribuir na efetividade das políticas.

O escopo do trabalho de Silva e Machado (2008) visa saber como os gestores e participantes de processos empreendedores em pequenos municípios paranaenses compreendem o empreendedorismo. Os resultados apontam para a permanência da relação entre o IDH-M e políticas públicas voltadas ao empreendedorismo consequente da interação entre o setor público e privado. O estudo apresenta barreiras que carecem de ser vencidas e que o empreendedorismo nesses municípios é percebido como gerador de emprego e renda.

Mendonça, Alves e Campos (2010) discutem a emergência do HIV/aids no âmbito das políticas públicas no Brasil com um olhar para os atores que fazem parte do processo, suas posições e os recursos empregados na criação de novas lógicas institucionais. Quanto ao poder, os autores asseveram que a posição ocupada pelos autores influencia nos modos de ação empreendedora. Assim, extrai-se do trabalho desenvolvido a importância de se considerar a ação empreendedora, além da premência de melhor qualificação da ação social empreendedora.

No que tange às recomendações dos pesquisadores brasileiros com o intuito de sustentar as políticas públicas de empreendedorismo para os diversos públicos de interesse, Borges *et al.* (2013) apresentaram as dimensões que mais se destacaram ao analisarem as conclusões dos artigos publicados em seis edições do Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas (EGEPE) até 2011. O quadro analítico de sua pesquisa se pautou no modelo de Lundström e Stevenson (2005) que sugere algumas dimensões importantes a serem consideradas quando se analisa as políticas públicas voltadas ao empreendedorismo, quais sejam: fases do processo empreendedor, promoção do empreendedorismo, educação empreendedora, eliminação de barreiras de entrada, sistema de suporte aos empreendimentos, sistema de financiamento e público alvo específico, a exemplo das mulheres. Os resultados evidenciaram que a maior parte dos artigos do EGEPE especifica uma ou mais recomendações para os públicos de interesse em suas conclusões e que os formuladores e executores de políticas públicas não acharão nas conclusões desses artigos um número significativo de recomendações direcionadas a eles, o que demanda mais pesquisas para responder a essa lacuna.

Sarfati (2013) por sua vez, traz para a discussão o artigo que tem por objetivo comparar as políticas públicas de empreendedorismo e Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) no Brasil, no Canadá, no Chile e na Itália. O autor conclui que as escolhas de política pública se coadunam com o estágio de desenvolvimento econômico, não importando o tamanho do país região, exceto a Itália. Uma conclusão referente ao Brasil é que este apoia, de forma transparente, os Arranjos Produtivos Locais (APLs) vinculados a empreendedores dificilmente de alto impacto. Segundo o autor, este trabalho contribui com o binômio empreendedorismo e políticas públicas no que tange às escolhas de políticas públicas e às divergências

e convergências no âmbito do modelo de estágios de desenvolvimento empregado pelo GEM/Geindex (*Global Entrepreneurship Index*).

Políticas Públicas de Empreendedorismo para População de Baixa Renda: transformando necessidades em oportunidades tem como propósito caracterizar e analisar dois estudos de casos referentes aos programas de apoio ao empreendedorismo para classes sociais de baixa renda nos municípios de São José dos Campos e Tarumã, ambos em São Paulo. Os resultados apontam para falhas de operacionalização dos programas, embora o público-alvo desses programas estejam satisfeitos em relação ao alcance de suas expectativas e potencialidades. Uma solução apontada para o gargalo da operacionalização seria aumentar a oferta de crédito produtivo (FLORY; ANDREASSI; TEIXEIRA, 2013).

Santos, Leite e Fonseca (2014) identificaram e analisaram as políticas públicas que estavam sendo desenvolvidas no Estado de Pernambuco com vistas a fomentar o empreendedorismo. Concluíram que foram dados movimentos importantes e inovadores em prol do empreendedorismo, porém, o termo empreendedorismo carece de ser aprofundado junto ao governo, ao mesmo tempo que as ações do governo precisam ampliar o quantitativo de beneficiários, assim como sua propagação.

Outra pesquisa apresentou como objetivo compreender a atuação do governo municipal de Belo Horizonte (MG), por intermédio de políticas públicas de fomento ao empreendedorismo no período de 2009 a 2016. Seus resultados mostram que existem vários determinantes do nível da atividade empreendedora em uma sociedade, os quais demandam um olhar para dimensões como educação e cultura, por parte dos governos, para além da dimensão puramente econômica. Constatou-se ainda que o governo municipal surge como importante ator no processo de integração das organizações públicas e privadas em prol do empreendedorismo local (MORAES, 2017).

Niwa (2018) apresenta a análise do Programa Estratégico para o Empreendedorismo e a Inovação (Programa +e+i) do XIX Governo Constitucional de Portugal. Os resultados expõem elementos positivos e negativos dessa política. Alguns pontos positivos, a saber: colocação clara dos objetivos e interação das iniciativas oficiais; o cumprimento e os resultados do programa são disponibilizados de forma parcial no sítio da internet. Quanto aos pontos negativos, são eles: definição genérica dos objetivos, carecendo de metas para alcançá-los; informações parciais ou incompletas dos resultados do programa; ausência de iniciativa para um diálogo entre os empresários e as Instituições de Ensino Superior de Portugal.

Em outro trabalho epistemológico, busca-se analisar a apropriação do empreendedorismo em políticas públicas no âmbito da Economia Criativa (EC) no Brasil. Constata-se como resultado que a Política Pública Nacional de Economia Criativa interioriza o empreendedorismo como uma possibilidade importante de desenvolvimento diversificado da Economia Criativa, sendo esta um setor produtivo nascente pautado na diversidade cultural e inclusão social (EMMENDOERFER *et al.*, 2021).

Destarte, Souza, Emmendoerfer e Knupp (2017) apresentam um trabalho científico que objetiva analisar a questão ambiental na política pública de turismo concebida por um governo subnacional em um estado federativo. Os autores se utilizam do construto metodológico adaptado do modelo de Scott (2021), contemplando 15 tipos de objetivos das políticas públicas de turismo e 22 formas de atuação governamental. Algumas dimensões do modelo: desenvolvimento econômico; competitividade; prosperidade local; qualidade de emprego; equidade social; controle social; sustentabilidade. Constatou-se que o estado subnacional estudado não incorpora todos os objetivos e as formas de atuação estatal do modelo de Scott (2021), sendo a questão ambiental especificada como periférica na política pública de turismo, a partir da legislação estudada.

Neste artigo, impende informar que a política pública de empreendedorismo se vincula com o desenvolvimento local sustentável, tema a ser abordado a seguir.

Inicialmente conceituar-se-á, tão somente, o desenvolvimento local, o qual pode ser explicado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos (BUARQUE, 2008).

Silva (2006), parte de algumas premissas e de alguns pressupostos na sua proposta de monitoramento e avaliação do desenvolvimento sustentável. Uma primeira ideia que o autor chama a atenção é que pensar globalmente para se atuar no local faz muito sentido em se tratando de desenvolvimento sustentável. O autor ainda evidencia que para se entender a realidade local, é importante analisar as dimensões da sustentabilidade, no sentido de se ter uma visão do panorama local. Nesta senda, dimensões como aspectos culturais, espaciais, de estado, econômicos, educacionais, ambientais e de saúde são imprescindíveis. Outra perspectiva a ser considerada seria o abalçamento de indicadores de sustentabilidade, aplicação do modelo e dos modos de acompanhamento em prol do desenvolvimento sustentável. Assim, esse modelo integrado e adaptativo sugerido pelo autor, para ser aplicado em unidades locais, apresenta os seguintes pressupostos acerca do desenvolvimento: integrar as dimensões que o acomodam; estar inserido em um processo adaptativo e acontecer em determinado local.

O modelo de Buarque (2008), por sua vez, mostra a importância da utilização do planejamento como instrumento imprescindível para guiar o futuro. Assim, pautado nessa bússola, este autor apresenta uma metodologia de planejamento com vistas à construção do desenvolvimento local sustentável, sendo esta metodologia pautada nas seguintes categorias de análise: visão estratégica; características do processo de planejamento; etapas do processo de planejamento e organização para o planejamento.

O desenvolvimento local sustentável também foi *focus* da pesquisa de Kronemberger (2011). A autora propõe um modelo de construção para o desenvolvimento sustentável em bases locais a partir das pesquisas de outros pesquisadores sobre o tema, experiências institucionais e de suas reflexões

sobre o que realmente faz sentido para a prática desse tipo de desenvolvimento. Assim, são propostos passos para o planejamento de um plano de ação para o desenvolvimento local sustentável com os seguintes componentes: o facilitador do desenvolvimento; parcerias iniciais; a formação da equipe de coordenação, contemplando o diagnóstico participativo e diagnósticos técnicos; construção da visão de futuro; elaboração do planejamento estratégico e do plano de ação; avaliação e atualização.

Em nível internacional, cabe destacar alguns trabalhos que exploraram esse tema de forma teórica e empírica, a exemplo de Milán-García *et al.* (2019), que ao revisitar o estado da arte desse campo do saber apresenta a resiliência como uma variável importante a ser considerada no desenvolvimento local sustentável. Jêkabson e Sloka (2014), por meio de uma investigação empírica, apresentam uma metodologia para avaliar indicadores subjetivos de bem-estar, tendo a co-responsabilidade como um princípio imprescindível no processo de desenvolvimento territorial. Assim, evidenciam que o desenvolvimento local sustentável carece de ser observado do ponto de vista dos cidadãos, servindo de base para tomadas de decisões dos governos locais.

A partir dos estudos trazidos à lume, percebe-se a importância de algumas dimensões a serem observadas quando se trata de promover o desenvolvimento local sustentável, a saber: dimensões culturais, econômicas, ambientais, espaciais, educacionais, de saúde, planejamento, resiliência, bem-estar, indicadores de sustentabilidade.

Doravante serão comentadas pesquisas que relacionam políticas públicas empreendedoras ínsitas ao desenvolvimento local sustentável, visando aclarar os limites e as possibilidades dessas expressões epistemológicas.

O assunto denominado políticas públicas de empreendedorismo apresenta uma literatura escassa, porém, quando se trata de fazer a sua vinculação com o desenvolvimento local sustentável, as dificuldades se ampliam. Em busca de estudos que vinculam esses temas de pesquisa em banco de dados como Plataforma *Spell*, *Web of Science*, dissertações e teses, algumas pesquisas podem ser apreciadas no sentido de aprofundar o entendimento acerca de dimensões, indicadores e parâmetros de análise que poderão ser utilizados para avaliar setores econômicos, a exemplo do setor da caprinocultura.

Há indicações acerca das vinculações da atividade empresarial e as metas de desenvolvimento social. O empreendedorismo reflete um agente essencial para a sustentabilidade, especialmente naquelas atividades empreendedoras voltadas para a inovação, assim como dirigidas para oportunidades. Porém, quando se trata de atividades voltadas para o empreendedorismo por necessidade, isso implica uma relação negativa com o desenvolvimento sustentável, o que poderia ser entendido, segundo os autores, que os empreendedores dessa categoria estariam em busca de uma renda e não de uma oportunidade de negócio (HUDEK; HOJNIK, 2020).

Os temas empreendedorismo de conhecimento-intensivo, estratégias inteligentes de especialização e sustentabilidade permeiam a pesquisa de Gifford e McKelvey (2019) com o escopo de contribuir com a teoria e a prática de estratégias de especialização inteligente, incorporando o empreendedorismo com a utilização intensiva de conhecimento. Assim, acreditam que o empreendedorismo de conhecimento intensivo é essencial para caracterizar como o apoio público e privado das empresas intensivas em conhecimento pode propiciar o surgimento de conhecimentos relevantes para o alcance das metas do desenvolvimento sustentável. Apresentam, então, propostas acerca dos distintos comportamentos estratégicos a serem executados por empresas intensivas em conhecimento, considerando uma conjuntura política estratégica de especialização inteligente abrangente, contributiva com as metas da sustentabilidade.

Buscando elucidar contribuições passadas e orientações futuras, no que tange ao desenvolvimento sustentável e empreendedorismo, foram evidenciados resultados importantes para reflexões e desenvolvimentos de estudos. Hall, Daneke e Lenox (2010) aduzem considerações que procuram preencher lacunas. Asseveram que parte de autores percebem no empreendedorismo uma forma de melhorar falhas de mercados oriundas de problemas sociais e ambientais. Quanto aos empreendedores sociais, evidencia-se que estes não precisam estar vinculados ao desenvolvimento sustentável, muito embora o empreendedorismo voltado para o desenvolvimento sustentável possa ser encorajado a melhorar o aspecto social ou vislumbrar oportunidades. Existe ainda pesquisas que questionam as circunstâncias em que as políticas públicas são capazes de promover mudanças positivas em relação ao empreendedorismo sustentável.

3 METODOLOGIA

Para responder ao problema de pesquisa e alcançar os objetivos ora traçados, o trajeto dessa pesquisa foi delineado observando as seguintes componentes: tipo de abordagem para o método científico; classificação da pesquisa; coleta e tratamento de dados.

Esta pesquisa adotou o **método de abordagem dedutiva** e um método de procedimento guiado por uma **abordagem sistêmica**, tendo por escopo investigar a literatura nacional e internacional acerca dos temas desenvolvimento local sustentável e políticas públicas de empreendedorismo com o escopo mais amplo de definir dimensões, indicadores e critérios de análise mais apropriados para avaliar de forma integrada as políticas públicas de empreendedorismo no contexto do desenvolvimento local sustentável que, em última análise, possa dar suporte aos gestores em suas decisões em políticas públicas.

A **tipologia** dessa pesquisa se apresenta como bibliográfica e descritiva, uma vez que revisou a literatura nacional e internacional dos construtos aqui delimitados, analisou artigos indexados disponibilizados em sites da internet, assim como documentos que trouxeram esclarecimentos acerca das dimensões dessa pesquisa, quais sejam: desenvolvimento local sustentável e políticas públicas de empreendedorismo.

Para a **coleta dos dados** foram utilizadas, preferencialmente, as bases de dados Plataforma Spell, por ser uma base nacional de credibilidade na área de administração, e a *Web of Science* (coleção principal), por se tratar de um importante indexador de periódicos científicos, além de poder ser utilizada em diferentes *softwares* de análise bibliométrica. Também foram consultados livros, dissertações e teses.

O **tratamento dos dados** foi realizado de forma qualitativa, observando a literatura pesquisada. Dos livros considerados, procurou-se discutir o pensamento de autores clássicos e contemporâneos. Das bases de dados, optou-se por trazer autores estrangeiros e especialmente os brasileiros que têm se debruçado em suas pesquisas a esses campos do saber. Assim, a partir da revisão da literatura foram extraídas as categorias (as dimensões do modelo) e subcategorias (os indicadores do modelo), conforme Bardin (2011), que compuseram o arranjo metodológico que foi gerado a partir dessa pesquisa.

4 METODOLOGIA

4.1 PROPOSITURA DO ARRANJO METODOLÓGICO

Um arranjo metodológico envolvente de políticas públicas de empreendedorismo, no contexto do desenvolvimento local sustentável, demanda de teorias contributivas ao entendimento do fenômeno em foco. Nestes termos, torna-se relevante a adoção do arranjo-comunicativo (das teorias da complexidade, sistematicidade e racionalidade-ambiental).

Entre as diversas componentes internas das teorias supracitadas, existem alguns elementos que se destacam em suas funcionalidades, são eles: a interdisciplinaridade e os princípios da prevenção/precaução.

Quanto à *interdisciplinaridade*, visa recuperar a síntese de conhecimentos, não apenas pela interação de saberes produzidos em âmbito global, mas também em face de se poder trabalhar com polarizações dialéticas, tais como teoria e prática, ação e reflexão, generalização e especialização, meios e fins, pessoas físicas e sociedade, dentre outras. Também defende uma abordagem em conjunto, por meio de uma duradoura associação das distintas dimensões, as quais podem ser investigadas (LÜCK, 1994).

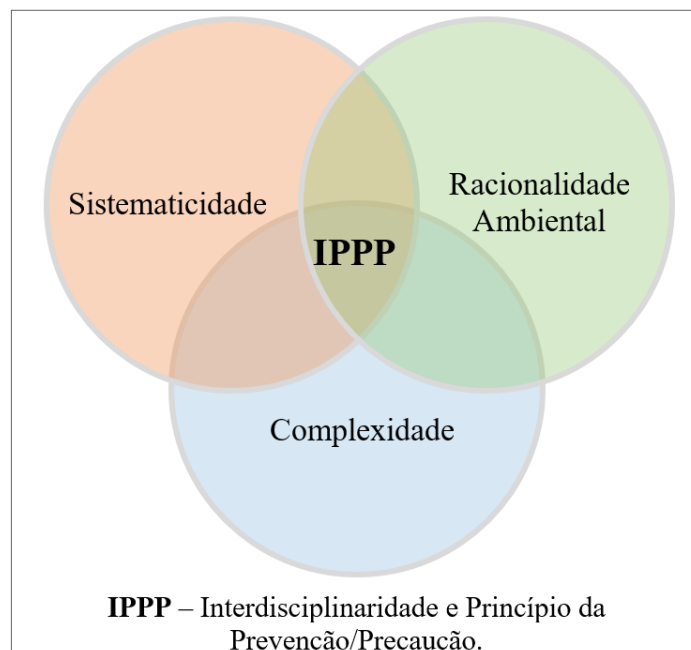
No âmbito desta pesquisa, a interdisciplinaridade atua na interseção das três teorias (complexidade, sistematicidade e racionalidade-ambiental). Em seu atuar, gera um processo no arranjo-comunicativo entre as teorias, as quais ao agirem em conjunto contribuem com a dinâmica do microsistema epistemológico.

Quanto aos princípios prevenção/precaução, pode-se afirmar que a precaução é menos ampla que a prevenção, sendo por esta totalmente incorporada. *Precaver*, sugere cuidado antecipado, cautela para que determinada ação não venha causar consequências indesejáveis. Prevenir quer dizer ato ou efeito de antecipar-se, chegar antes, mas com propósito conhecido. Desta forma, o princípio da prevenção tem por objetivo priorizar ações que evitem a geração de práticas deletérias ao meio ambiente, de modo a minimizar ou cessar as causas de práticas suscetíveis de modificar a sua qualidade.

Evidencia-se que as dimensões, interdisciplinaridade e os princípios prevenção/precaução deflagram um movimento dinâmico no arranjo-comunicativo (das teorias da complexidade, sistematicidade e racionalidade-ambiental) gerando sinergia. Em outras palavras, o arranjo-comunicativo desponta no final do processo na forma enriquecida, contribuindo assim com o arranjo proposto nesta pesquisa.

A Figura 1 ilustra o comportamento das dimensões da complexidade, da sistematicidade e da racionalidade-ambiental em suas relações com a interdisciplinaridade e os princípios da prevenção/precaução.

Figura 1 – Processo Relacional das dimensões Sistematicidade, Racionalidade Ambiental e Complexidade



Fonte: Próprio autor (2021)

As confluências extraídas do processo relacional (sistematicidade, racionalidade ambiental e complexidade) resultam em uma dimensão mais enriquecida, qual seja, a IPPP (interdisciplinaridade e os princípios da prevenção/precaução) que contribui para compreender as políticas públicas de empreendedorismo no contexto do desenvolvimento local sustentável.

4.1.1 Dimensões, Indicadores e Critérios de Análise do Arranjo Metodológico

O Quadro 1 apresenta as dimensões, os indicadores e os critérios de análise inerentes ao arranjo metodológico ora proposto.

Quadro 1 – Dimensões, Indicadores e Critérios para Indução das Políticas Públicas de Empreendedorismo no Contexto do Desenvolvimento Local Sustentável

Política Pública de Empreendedorismo			
Dimensões	Indicadores	Critérios de Análise	Base Teórica
Inovação Territorial	<ul style="list-style-type: none"> Governança Interterritorial das Políticas de Inovação Programas de Incentivo à Inovação 	Quanto mais inovadoras as economias, maiores as possibilidades de políticas públicas de empreendedorismo.	Sarfati (2013).
Parcerias Público-Privado	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade das parcerias estabelecidas Integração das Organizações Públicas e Privadas 	Quanto mais parcerias forem estabelecidas entre as esferas públicas e privadas, maiores as oportunidades de se efetivarem as políticas públicas de empreendedorismo.	Moraes (2017).
Ação Estatal	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de investimentos Condições Estruturais/sistêmicas (político –institucionais e regulatórias) Formas de atuação governamental Quantidade de beneficiários 	Existe uma relação positiva em prol do empreendedorismo, quando o estado desenvolver mais ações relacionadas à promoção das atividades empresariais.	Scott (2021); Santos, Leite e Fonseca (2014); Berbasconi e Espinosa-Cristia (2020); Emmendoerfer <i>et al.</i> (2021).
Planejamento Integrado e Participativo do Município	<ul style="list-style-type: none"> Programas de Desenvolvimento Local Participação dos atores locais na elaboração do planejamento por meio da abordagem da corresponsabilidade 	Quanto mais existirem ações integradas entre os atores locais, maiores serão as possibilidades para a promoção das políticas públicas de empreendedorismo de forma sustentável.	Buarque (2008); Silva (2006); Kronoemberger (2011).
Cultura Empreendedora	<ul style="list-style-type: none"> Valores culturais Valores sociais Valores éticos 	Quanto mais permeabilidade de valores (culturais, sociais e éticos) presentes em determinada localidade, mais uma cultura empreendedora poderá se favorecer.	Lundström e Stevenson (2005); Borges <i>et al.</i> (2013); Moraes (2017).
Educação Empreendedora	<ul style="list-style-type: none"> Capacitação de empreendedores Formas de capacitação empreendedora 	Quanto mais existirem ações voltadas para uma educação empreendedora, maiores as chances de disseminação de um ambiente favorável a uma política pública de empreendedorismo.	Lundström e Stevenson (2005); Borges <i>et al.</i> (2013); Moraes (2017).

Barreiras de Entrada e Saída	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diminuição da Burocracia ▪ Simplificação dos Processos de Falência 	Existe uma relação positiva com o empreendedorismo quando as barreiras, as entradas e as saídas em empreendimentos são facilitadas por meio de intervenções estatais.	Lundsröm e Stevenson (2005); Borges <i>et al.</i> (2013); Moraes (2017).
Suporte aos Empreendedores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento de Oferta de Crédito Produtivo ▪ Acesso e condições na obtenção de crédito (SCHUMPETER, 1997) ▪ Instituições de Suporte (SEBRAE, SENAI, SENAC, UNIVERSIDADES, ASSOCIAÇÃO COMERCIAL) ▪ Apoio a grupos específicos 	Existe uma relação positiva com o empreendedorismo quando os governos promovem incentivos aos empreendedores por meio de créditos, parcerias institucionais e apoio a grupos específicos como as mulheres empreendedoras.	Lundsröm e Stevenson (2005); Borges <i>et al.</i> (2013); Flory, Andreassi e Teixeira (2013); Moraes (2017).
Diversidade Cultural e Inclusão Social	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Valorização da cultura local 	Existe uma relação positiva com as políticas públicas de empreendedorismo quando se valoriza a diversidade cultural e a inclusão social.	Emmendoerfer <i>et al.</i> (2021).
Avaliação Quantitativa do Desenvolvimento Local Sustentável			
Dimensões	Indicadores	Critérios de Análise	Base Teórica
Dimensão Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acesso a esgotamento sanitário ▪ Acesso a serviço de coleta de lixo doméstico ▪ Qualidade das águas ▪ Volume de águas tratada ▪ Consumo médio per capita de água ▪ Acesso ao sistema de abastecimento de água 	Nível de sustentabilidade crítico, alerta, aceitável ou estado ideal.	Sepúlveda (2005); Waquil <i>et al.</i> (2010); Martins e Cândido (2008); Barbosa (2010).
Dimensão Econômica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Produto interno bruto per capita ▪ Participação da indústria no produto interno bruto ▪ Índice de <i>Gini</i> da distribuição do rendimento ▪ Renda per capita ▪ Renda familiar per capita ▪ Balança comercial 	Nível de sustentabilidade crítico, alerta, aceitável ou estado ideal.	Sepúlveda (2005); Waquil <i>et al.</i> (2010); Martins e Cândido (2008); Barbosa (2010).

Dimensão Social	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Esperança de vida ao nascer ▪ Taxa de mortalidade infantil ▪ Prevalência de desnutrição total ▪ Imunização contra doenças infecciosas infantis ▪ Oferta de serviços básicos de saúde ▪ Taxa de escolarização ▪ Taxa de alfabetização ▪ Escolaridade ▪ Taxa de analfabetismo funcional ▪ Famílias atendidas (benefícios sociais) ▪ Adequação de moradia nos domicílios ▪ Coef. de mortalidade por homicídios ▪ Coef. Mortalidade (acidentes de transportes) 	Nível de sustentabilidade crítico, alerta, aceitável ou estado ideal.	Sepúlveda (2005); Waquil <i>et al.</i> (2010); Martins e Cândido (2008); Barbosa (2010).
Dimensão Cultural	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Bibliotecas ▪ Ginásios de esportes e estádios ▪ Cinema ▪ Unidades de ensino superior ▪ Teatros ou salas de espetáculos ▪ Museus ▪ Centro cultural 	Nível de sustentabilidade crítico, alerta, aceitável ou estado ideal.	Sepúlveda (2005); Waquil <i>et al.</i> (2010); Martins e Cândido (2008); Barbosa (2010).
Dimensão Político-institucional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Despesas por função ▪ Despesa total com saúde por habitante ▪ Acesso a serviços de telefonia fixa ▪ Comparecimento nas eleições ▪ Número de conselhos municipais ▪ Acesso à justiça ▪ Transferências intergovernamentais da União 	Nível de sustentabilidade crítico, alerta, aceitável ou estado ideal.	Sepúlveda (2005); Waquil <i>et al.</i> (2010); Martins e Cândido (2008); Barbosa (2010).
Dimensão Demográfica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Razão entre a população urbana e rural ▪ Densidade demográfica ▪ Razão entre a população masc./fem. ▪ População residente por faixa etária 	Nível de sustentabilidade crítico, alerta, aceitável ou estado ideal.	Sepúlveda (2005); Waquil <i>et al.</i> (2010); Martins e Cândido (2008); Barbosa (2010).
Avaliação Qualitativa do Desenvolvimento Local Sustentável			
Dimensão	Indicadores	Critérios de Análise	Base Teórica
Acesso aos meios de vida	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação de empregos ▪ Facilidades de acesso à moradia ▪ Nível da Infraestrutura de educação ▪ Nível da Infraestrutura de transportes ▪ Nível da Infraestrutura de saúde 	Quanto mais as pessoas dispuserem de serviços básicos, como trabalho, educação, saúde e moradia, mais aptas estarão a contribuir com o desenvolvimento das localidades onde residem e, por extensão, com as políticas públicas de empreendedorismo em bases sustentáveis.	Jekabsone e Sloka (2015); Scott (2021); Souza, Emmendoerfer e Knupp (2017).

Ambiente de vida	<ul style="list-style-type: none"> Nível de pureza ambiental Diversidade biológica Nível de proteção à integridade física Eficiência dos recursos 	Quanto mais as pessoas dispuserem de um ambiente de vida saudável, mais crescem as possibilidades para o desenvolvimento do território.	Jekabsone e Sloka (2015); Scott (2021); Souza, Emmendoerfer e Knupp (2017).
Equilíbrio social	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir as desigualdades Nível da coesão social Acesso à justiça 	Existe equilíbrio social quando as políticas públicas lançarem um olhar para as necessidades das populações desfavorecidas e marginalizadas.	Jekabsone e Sloka (2015); Sachs (2008).
Equilíbrio pessoal	<ul style="list-style-type: none"> Nível de desenvolvimento pessoal Nível de Resiliência Nível de riqueza cultural 	Quanto mais desenvolvidos pessoalmente, mais resilientes e detentores de cultura forem os membros de uma localidade, maiores serão as possibilidades de contribuir com o desenvolvimento local sustentável, com implicações positivas para o delineamento de políticas públicas de empreendedorismo.	Jekabsone e Sloka (2015); Milán-García <i>et al.</i> (2019); Scott (2021).
Atitudes e iniciativas	<ul style="list-style-type: none"> Capacidade de inovação e participação Controle local 	O grau de inovação, participação e controle local dos cidadãos nos processos decisórios locais poderá contribuir para o desenvolvimento do território.	Jekabsone e Sloka (2015); Scott (2021).
Sentimentos de bem-estar e mal estar	<ul style="list-style-type: none"> Nível de confiança Nível de segurança Nível de conhecimento partilhado 	Se os gestores municipais desenvolverem um planejamento voltado para o bem-estar da comunidade que agregue princípios como uma cultura de paz, crescem as chances de potencializar o desenvolvimento em bases sustentáveis dessa comunidade, com reflexos positivos nas políticas públicas de empreendedorismo que possam estar sendo gestadas.	Jekabsone e Sloka (2015); Scott (2021); Souza, Emmendoerfer e Knupp (2017).
Relações pessoais	<ul style="list-style-type: none"> Nível do capital social 	Quanto maior o nível de capital social em um determinado território, maiores as oportunidades para a promoção das políticas públicas de empreendedorismo de forma sustentável.	Jekabsone e Sloka (2015).
Relações com instituições	<ul style="list-style-type: none"> Qualidade das parcerias institucionais 	Existe uma relação positiva com a indução de políticas públicas de empreendedorismo em bases sustentáveis quanto mais existirem parcerias institucionais corresponsáveis em prol do desenvolvimento territorial.	Jekabsone e Sloka (2015).

Fonte: Elaboração Própria com base em diversos autores (2021)

Considerando que os temas políticas públicas de empreendedorismo e desenvolvimento local sustentável são especialmente complexos, optou-se nessa construção metodológica por escolher as macrodimensões complexidade, racionalidade ambiental e sistematicidade para suportar essa estrutura,

e como ponto de interseção adotou-se a interdisciplinaridade e os princípios da prevenção/precaução. No que tange à operacionalização desse arcabouço metodológico, em consonância com a base teórica exposta no quadro 1, faz-se mister informar a importância que assumem alguns *stakeholders*, como o poder público municipal, o poder público estadual, o poder público federal e os atores locais para se colocar em funcionamento uma política pública de empreendedorismo de forma sustentável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo científico em alusão desenvolveu um arranjo metodológico com foco na compreensão das políticas públicas de empreendedorismo no âmbito do desenvolvimento local sustentável. Para tanto utilizou-se da síntese de três teorias de base (sistematicidade, racionalidade ambiental e complexidade) em face da permeabilidade, maleabilidade e sinergia envolventes no processo relacional.

Do intercâmbio teórico realizado emergiu um processo-síntese mais enriquecido denominado Interdisciplinaridade e Princípio da Prevenção/Precaução (IPPP), o qual tornou-se um dispositivo deflagrador inicial da dinamicidade relacional. Tal constructo adquire relevância no contexto das políticas públicas de empreendedorismo ínsitas em contextos territoriais carentes de avanços socioeconômicos e tutelas ambientais. Outra contribuição foi a construção das dimensões, dos indicadores e dos critérios de análises inseridos no arranjo. Quanto às dimensões e aos indicadores, foram selecionados a partir de estudos já realizados empiricamente; no tocante aos critérios de análises, foram construídos em uma relação direta de causa e efeito.

Desta forma, o arranjo apresenta possibilidade de validação (futura) em cenário de políticas públicas de empreendedorismo no âmbito do desenvolvimento local sustentável. Assim, espera-se que esse trabalho metodológico seja adaptado e aplicado em contextos brasileiros específicos por pesquisadores preocupados em avançar em suas pesquisas nesse campo do saber. Tal proposta também poderá ser abarcada por governos locais por meio de um olhar macro contextual, de modo que tais procedimentos, quando agindo em conjunto gerem possibilidades sinérgicas e resilientes em todo o arranjo metodológico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. A.; GOMES, R. C. Processo das políticas públicas: revisão de literatura, reflexões teóricas e apontamentos para futuras pesquisas. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 444-455, jul./set. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395164108>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ce-bape/a/fBpmPq6Cyg795pzdMMLNmdQ/?lang=pt>. Acesso em: 01 mar. 2021.

BARBOSA, M. F. N. **Práticas ambientais, competitividade e sustentabilidade**: um estudo exploratório em empresa do setor sucroalcooleiro no município de Pedras de Fogo – PB. 2010. 262f. Tese (Doutorado em Recursos Naturais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, Paraíba, 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Traduzido por Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011. 118 p.

BERNASCONI, O.; ESPINOSA-CRISTIA, J. F. Nem Política, Nem Sociedade: questionando a justificativa de políticas públicas pró-empresendedorismo no Chile. **Rev. adm. empres.**, v. 60, São Paulo, n. 2, p. 131-143, mar./abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-759020200206>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/yjDjCDBNjDDqFynNBpjsd4k/?lang=en>. Acesso em: 06 jul. 2021.

BORGES, C. *et al.* Perfil das recomendações dos pesquisadores brasileiros às políticas públicas de empreendedorismo. **APGS – Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 5, n. 1, p. 1-19, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351556457002>. Acesso em: 06 jul. 2021.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 177 p.

CAPELLA, A. C. N. Estudos sobre formação da agenda de políticas públicas: um panorama das pesquisas no Brasil. **RAP – Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 6, p. 1498-1512, nov./dez. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220200689>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/jfNjNmK4Cf7dnybYgTn7HYL/?lang=pt>. Acesso em: 07 mar. 2021.

CAPRA, F. **As conexões ocultas**: ciência para uma vida sustentável. Traduzido por Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Cultrix, 2002. 296 p.

CAPRA, F. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Traduzido por Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Editora Cultrix, 2012. 249 p.

CHRISPINO, A. **Introdução ao estudo das políticas públicas**: uma visão interdisciplinar e contextualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016. 256 p.

EMMENDOERFER, M. L. *et al.* Empreendedorismo em Políticas Públicas no Contexto da Economia Criativa Brasileira. **Reuna**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 91-110, 2021. Disponível em: <http://revistas.una.br/index.php/reuna/article/view/1271>. Acesso em: 01 nov. 2021.

FERREIRA NETO; M. N.; CABRAL, J. E. O.; RODRIGUES, J. L. C. Empreendedorismo, Inovação e Desenvolvimento Humano no Mundo: uma análise comparativa. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, Novo Hamburgo, v. 19, n. 1, jan./jun, 2022.

FLORY, H.; ANDREASSI, T.; TEIXEIRA, M. A. C. Políticas públicas de empreendedorismo para a população de baixa renda: transformando necessidades em oportunidades. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v.18, n. 62, maio 2013. DOI: <https://doi.org/10.12660/cgpc.v18n62.3917>. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/3917>. Acesso em: 01 jul. 2021.

GIFFORD, E.; MCKELVEY, M. Knowledge-Intensive Entrepreneurship and S3: Conceptualizing Strategies for Sustainability. **Sustainability**, v. 11, n 18, p. 1-16, 2019. Disponível em: <https://EconPapers.repec.org/RePEc:gam:jsusta:v:11:y:2019:i:18:p:4824--d:263916>. Acesso em: 01 ago. 2021.

HALL, J. K.; DANEKE, G. A.; LENOX, M. J. Sustainable development and entrepreneurship: Past contributions and future directions. **Journal of Business Venturing**, v. 25, p. 439-448, Sept. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jbusvent.2010.01.002>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0883902610000200>. Acesso em: 01 ago. 2021.

HISRICH, R. D.; PETERS, M. P.; SHEPHERD, D. A. **Empreendedorismo**. 9. ed. Traduzido por Francisco Araújo da Costa. Porto Alegre: AMGH, 2014. 125 p.

HUDEK, I.; HOJNIK, B. B. Impact of Entrepreneurship Activity Sustainable Development. **Problemy Ekorozwoju**, v. 15, n. 2, p. 175-183, July 2020. DOI: 10.35784/pe.2020.2.17. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/349538504_Impact_of_Entrepreneurship_Activity_Sustainable_Development. Acesso em: 01 ago. 2021.

JĒKABSONE, I.; SLOKA, B. Sustainable Local Development from Perspective of Citizens: Salaspils Municipality (Latvia). **European Integration Studies**, v. 9, n. 9, p. 100-112, Nov. 2015. DOI: <https://doi.org/10.5755/j01.eis.0.9.12799>. Disponível em: <https://www.eis.ktu.lt/index.php/EIS/article/view/12799>. Acesso em: 01 ago. 2021.

JĒKABSONE, I.; SLOKA, B. The Assessment of Well-being in Context of Regional Development. **Economics and Business**, v. 26, p. 28-35, mar. 2014. DOI: 10.7250/eb.2014.017. Disponível em: <https://eb-journals.rtu.lv/article/view/eb.2014.017/618>. Acesso em: 01 ago. 2021.

KRONEMBERGER, D. **Desenvolvimento local sustentável**: uma abordagem prática. São Paulo: Editora Senac, 2011. 339 p.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 5. ed. Traduzido por Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2010. 394 p.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 2. ed. Traduzido por Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. 494 p.

LOTTA, G. S. *et al.* Por uma agenda brasileira de estudos sobre implementação de políticas públicas. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 69, n. 4, p. 779-816, out./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.21874/rsp.v69i4.2917>. Disponível em: <https://revista.ena.gov.br/index.php/RSP/article/view/2917>. Acesso em: 08 mar. 2021.

LÜCK, H. **Pedagogia interdisciplinar**: fundamentos teóricos-metodológicos. 8. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

LUNDSTRÖM, A.; STEVENSON, L. A. **Entrepreneurship Policy**: Theory and Practice. New York: Springer, 2005. 310 p.

MARTINS, M. F.; CÂNDIDO, G. A. **Índice de desenvolvimento sustentável para municípios (IDSM)**: metodologia para cálculo e análise do IDSM e classificação dos níveis de sustentabilidade para espaços geográficos. João Pessoa: SEBRAE, 2008.

MENDONÇA, P. M. E.; ALVES, M. A.; CAMPOS, L. C. Empreendedorismo institucional na emergência do campo de políticas públicas em HIV/AIDS no Brasil. **RAE-eletrônica**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, jun. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1676-56482010000100007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae-el/a/nVPpWTLyfc9HDXBrdVDLQTx/?lang=pt>. Acesso em: 05 abr. 2021.

MILÁN-GARCÍA, J. *et al.* Sustainable Local Development: An Overview of the State of Knowledge. **Resources**, Switzerland, v. 8, n. 31, p. 1-18, Feb. 2019. DOI: <https://doi.org/10.3390/resources8010031>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2079-9276/8/1/31>. Acesso em: 08 ago. 2021.

MORAES, M. C. A. **Políticas públicas de fomento ao empreendedorismo no âmbito municipal brasileiro**: o caso de Belo Horizonte – MG. 2017. 122 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, 2017.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. 3. ed. Traduzido por Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

MORIN, E. **O método 1**: a natureza da natureza. 2. ed. Traduzido por Ilana Heineberg. Porto Alegre: Editora Sulina, 2005.

NIWA, T. H. Exercício de análise de políticas públicas: o programa estratégico para o empreendedorismo e inovação do governo de Portugal (Programa +e+i). **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 29-58, dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2525-5584.2018v3n2.36882>. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/5271>. Acesso em: 05 jul. 2021.

OLIVEIRA, L. R.; PASSADOR, C. S. Ensaio teórico sobre as avaliações de políticas públicas. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 324-337, abr./jun. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395169657>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/svZxsKnLTZ4RWnLGG93bYfH/?lang=pt>. Acesso em: 01 mar. 2021.

PALUDO, A. **Administração Pública**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 608 p.

PETRAGLIA, I. C. **Edgar Morin: a educação e a complexidade do ser e do saber**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

PROCOPIUCK, M. **Políticas Públicas e Fundamentos da Administração Pública**. São Paulo: Atlas, 2013. 400 p.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 151 p.

SANTOS, D. C. L. P.; LEITE, E. F.; FONSECA, S. M. M. Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo no Estado de Pernambuco. **Desenvolvimento em Questão**, Unijuí, v. 12, n. 28, p. 144-169, out./dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2014.28.144-169>. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/2570>. Acesso em: 01 jul. 2021.

SARFATI, G. Estágios de desenvolvimento econômico e políticas públicas de empreendedorismo e de micro, pequenas médias empresas (MPMEs) em perspectiva comparada: os casos do Brasil, do Canadá, do Chile, da Irlanda e da Itália. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 25-48, jan./fev. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122013000100002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/BnCPJR3hzG8sBkfsdG8zXDd/?lang=pt>. Acesso em: 01 jul. 2021.

SCOTT, N. **Tourism Polycy: A Strategic Review**. Published by Goodfellow Publishers Limited. 2021. 4 p. Disponível em: https://www.goodfellowpublishers.com/free_files/Contemporary-Tourism-Review-Tourism-Policy-Sample-9bd295bf39fe0c0189b5ee2d66cdc003.pdf. Acesso em: 01 ago. 2021.

SECCHI, L.; COELHO, F. S.; PIRES, V. **Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concurso**. 3. ed. São Paulo: Cengage, 2019.

SEPÚLVEDA, S. **Desenvolvimento microrregional sustentável: métodos para planejamento local**. Brasília: IICA, 2005. 296 p.

SILVA, A. B.; REBELO, L. M. B. A emergência do pensamento complexo nas organizações. **RAP – Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 4, p. 77-96, jul./ago. 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/284409974_A_emergencia_do_pensamento_complexo_nas_organizacoes. Acesso em: 01 fev. 2021.

SILVA, C. L. **Desenvolvimento sustentável**: um modelo analítico, integrado e adaptativo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. 176 p.

SILVA, J. M.; MACHADO, H. P. V. Empreendedorismo e Políticas Públicas em Pequenos Municípios Paranaenses: interpretações, participações e desdobramentos. **Pretexto**, Belo Horizonte, v. 9, n. 4, p. 9-32, out./dez. 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277744839_EMPREENDEDORISMO_E_POLITICAS_PUBLICAS_EM_PEQUENOS_MUNICIPIOS_PARANAENSES_INTERPRETACOES_PARTICIPACOES_E_DESDOBRAMENTOS. Acesso em: 01 jul. 2021.

SIQUEIRA, M. M.; GUIMARÃES, L. O. Singularidade do empreendedorismo brasileiro: subsídios para políticas públicas de apoio aos novos negócios. **Revista Gestão & Tecnologia**, Pedro Leopoldo, v. 6, n. 2, p. 1-10, 2006. DOI: <https://doi.org/10.20397/2177-6652/2006.v6i2.181>. Disponível em: <http://revistagt.fpl.edu.br/get/article/view/181>. Acesso em: 01 jul. 2021.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 fev. 2021.

SOUZA, C. O.; EMMENDOERFER, M. L.; KNUPP, M. E. C. G. Questão Ambiental: dimensão periférica em política pública de turismo? **Revista Turismo em Análise – RTA**, São Paulo, v. 28, n. 3, p. 450-473, set./dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v28i3p450-473>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/123915>. Acesso em: 20 jun. 2021.

UNCTAD. **United Nations Conference on Trade and Development. Empretec Network**: Impact and Success Stories. 2018. Disponível em: https://empretec.unctad.org/wp-content/uploads/2018/05/1806273E_WEB.pdf. Acesso em: 01 ago. 2021.

WAQUIL, P. *et al.* Avaliação de desenvolvimento territorial em quatro territórios rurais no Brasil. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, p. 104-127, 2010. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v15i1.48>. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/48>. Acesso em: 01 set. 2021.

WEBER, W.; POLO, E. F. A imprecisão na administração estratégica: uma abordagem baseada no pensamento complexo. **RBGN – Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 75-90, maio/ago. 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=94792407>. Acesso em: 01 fev. 2021.